RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 038/2024.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº: 008/2024.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA (MG).

1. Trata-se de peça impugnatória interposta tempestivamente, via e-mail oficial (licitacao@pirapora.mg.gov.br), pela empresa **LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.491.558/0001-42, doravante designada **IMPUGNANTE**, devidamente qualificada na peça recursal, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e item nº: 013 do edital deste certame.

2. O Agente de Contratação, designado pela Portaria municipal nº: 055/2024-PMP, de 18 de abril de 2024, em cumprimento aos termos da Lei 14.133/2021, recebeu e analisou as razões da empresa supra, de forma a proferir decisão sobre a impugnação, com base nos vetores da Constituição Federal, legislação pertinente, doutrina, jurisprudências, orientações normativas e respostas técnicas qualificadas pela secretaria municipal de administração e finanças (Semadf), órgão requisitante do objeto a ser licitado, bem como da diretoria municipal de suprimentos.

I – DAS PRELIMINARES

3. Em sede de admissibilidade da impugnação, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

4. A impugnante intencionou itens acerca de cláusula de mora e de prazo de entrega, tendo sido apresentadas as razões da impugnação no prazo estabelecido.

5. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação editalícia.

6. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade da presente impugnação, atendendo ao previsto no item nº: 11 do instrumento convocatório, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2023.

III – DAS RAZÕES RECURSAIS

7. A impugnante insurge-se acerca do edital em referência, alegando em termos gerais que:

PREFEITURA DE PIRAPORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO

- ✓ 1. DA AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA: CLÁUSULA DE MORA POR ATRASO DE PAGAMENTO. Após analisar o Edital, constatou-se a ausência de condição indispensável às contratações públicas, por meio de procedimentos licitatórios. A Impugnante está se referindo a omissão quanto a elementos imprescindíveis as condições de pagamento da contraprestação pecuniária – previsão do valor correspondente aos juros, a multa e aos índices de correção monetária aplicáveis em caso de atraso no pagamento da remuneração mensal -, para compensar os efeitos do atraso no pagamento da contraprestação pecuniária mensal, sem contar o caráter educativo e “inibidor” da medida, sendo condição obrigatória em todo e qualquer Edital, conforme dispõe a Antiga e Nova Lei de Licitações, ambas em vigência - Lei 8.666/93 e Lei 14.133/21 (...).
- ✓ 2. DA INVIABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO. DA VIOLAÇÃO A AMPLA COMPETIVIDADE. Após analisar o Edital, verificou-se a existência de condições inviáveis para execução do objeto, as quais podem reduzir sensivelmente a participação de licitantes interessados, prejudicando a ampla competitividade, indispensável para seleção da proposta mais vantajosa, finalidade precípua dos procedimentos licitatórios. A Impugnante se refere a inviabilidade do prazo de entrega do objeto, estabelecido no Edital – subitem a) A entrega dos veículos deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação formal da Contratada, em remessa única; –, por corresponder a implantação de veículos novos, que exige a encomenda dos bens após a contratação, autorização para faturamento da montadora, traslado para adaptadora, realização de adaptações, licenciamento, emplacamento e traslado ao local de destino. Portanto, a manutenção dessa exigência prejudica sobremaneira o Princípio da Ampla Competividade, e, por consequência, a obtenção da proposta mais vantajosa, por inibir a presença de Licitantes comprometidas com o pleno atendimento dos prazos e condições estabelecidas no Edital, como a Impugnante, que poderá não participar por conta do prazo estabelecido. (...).

IV - DO PEDIDO

8. Requer a Impugnante:

a) (...) o acolhimento da presente impugnação, a fim de que o Edital seja revisto, nos termos da fundamentação.

VII – DA ANÁLISE

9. Analisando cada ponto recorrido na peça recursal em confronto com a legislação pertinente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expondo a seguir as ponderações que estão a fundamentar a decisão final.

10. Eis o relatório. Passa-se à análise do mérito.

11. Conforme estabelece o art. 164 e ss da Lei 14.133-2021 e ainda o entendimento interno de que o responsável por boa parte do que se encontra no edital, é oriundo do termo de referência e estudo técnico preliminar, que, nesta seara, foram produzidos pela secretaria municipal requisitante (Semadf) e diretoria de suprimentos. Assim, cabe explicar que a responsabilidade por tais documentos é da área técnica requisitante, inclusive com as assinaturas dos servidores públicos que confirmam tão responsabilização.

12. De acordo com o disposto em atos normativos que norteiam, ou que ao menos deveriam nortear a decisão do agente de contratação, o primeiro passo é que não pode haver indícios de irregularidades que configuram grave ofensa ao interesse público e, sendo o caso, que a decisão de mérito seja tomada em prol do saneamento e correção da possível irregularidade.

13. Observa-se, no caso concreto, que, embora a empresa aponte pontos do edital que entende como irregulares, não demonstra a existência do requisito fundado receio de **grave ofensa ou violação** ao interesse público, demonstrando apenas sua insatisfação quanto a edital publicado, no que tange a juros por mora, bem como em relação ao atraso de pagamento, caso o ocorra. Assim, entendo que não se encontra presente o requisito fundado receio de grave ofensa ao interesse público. Afinal, é prerrogativa do prestador de serviços ou fornecedor, utilizar a legislação vigente tão como a administração pública. É dizer: a legislação está a disposição de ambos, e não somente do órgão público e, se for o caso, o licitante ou a empresa vencedora podem (e devem) se basear na lei para a resolução de litígios. Acerca de pagamentos, e, neste caso, em seu atraso, a própria nova lei de licitações prevê o que poderá ocorrer. Senão, vejamos:

PREFEITURA DE PIRAPORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÃO

Art. 137. Constituirão motivos para **extinção** do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

(...) IV - **atraso** superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos; (grifei).

14. Noutro giro, em relação ao prazo para entrega do objeto a ser licitado, há que se mencionar que em processos licitatórios já realizados por este órgão público municipal o prazo estipulado era o mesmo do certame atual, qual seja, 15 (quinze) dias **úteis** após o recebimento da contratada da ordem de compra/autorização de empenho da prefeitura, expedida pela secretaria municipal afim.

15. Neste ponto, não há que se falar em prolação de prazo, tendo em vista que não é obrigatória a entrega de veículo zero km. Pois não há nada que vincule isto no edital. Pode, inclusive, ser o veículo automotor contendo até dois anos de uso, o que, por si só, justifica plenamente o prazo constante do edital atual.

16. É importante salientar, ainda, que na licitação de 2023, o prazo de entrega era de 10 (dez) dias úteis, e não houve celeuma ou solicitação de prorrogação de prazo de entrega por parte de nenhuma das empresas participantes, sendo que as duas empresas vencedoras, atenderam fielmente o prazo determinado no contrato, conforme pesquisa no setor. É dizer, toda e qualquer empresa privada deve estar planejada e preparada para participar de licitações e, caso se torne vencedora, atender às exigências editalícias e contratuais.

17. Ora, desde a publicação de um edital, até a realização de uma sessão pública, cumprimento de fases de recursos administrativos, assinatura de contrato etc, é tempo mais que suficiente para que uma empresa se prepare para atender aos órgãos em que esta se tornou a arrematante do certame.

18. Desta forma, em consonância ao princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, bem como a legislação vigente, este Pregoeiro e sua equipe de apoio interpretam que não seja revisto o ato com base no Princípio da Autotutela Administrativa, pois não há ilegalidade.

Súmula 473-STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

19. Cumpre ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021, que dispõe:

Lei 14.133/21

(...)

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

20. Por todas estas razões, não resta dúvida de que os agentes públicos deverão atuar ao examinar o cumprimento dos requisitos do edital, haja vista que este faz lei entre as partes, com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e formalismo moderado, pensando na qualidade da prestação de serviço público para beneficiar a população.

21. Nesse contexto, considerando as análises acima dispostas, respaldadas na legislação vigente, na melhor doutrina, nos normativos e demais princípios que regem a matéria, entendo que dentre os argumentos trazidos pela impugnante verifica-se que não deve prosperar.

VIII – DA CONCLUSÃO

22. Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela impugnante são tempestivos e, por isso, analisados em sua peça recursal. Ato contínuo, tais argumentos se mostraram INSUFICIENTES para conduzir-me a reforma editalícia.

IX – DECISÃO

23. Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como os vetores norteadores da nova lei de licitações, CONHEÇO a IMPUGNAÇÃO apresentado pela empresa: LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.491.558/0001-42.

24. Diante disso, em respeito ao art. 165 e ss da Lei nº14.133-2021, seja a impugnação julgada como improcedente.

Pirapora (MG), 20 de junho de 2024.

THIAGO DE SOUZA MATOS.
Pregoeiro.
Port. 055/2024.
OAB-MG : 188.886.